

Agente Fiscal

Rua Debret, 23, salas 401/405 - Centro - CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

AFRF comparecem em massa à posse da nova Diretoria da DS



Integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal da DS-RJ confraternizam no Clube Naval

Saiba por quê os concursos já não atraem candidatos como antigamente -

Pág. 3

Reversão da Aposentadoria –
Uma decisão a ser avaliada -

Pág. 7

São Paulo quer atrair de novo a base para as lutas políticas da categoria -

Pág. 6

Fusão dos Fiscos: agora chegou a hora de lutar por nossas emendas -

Pág. 8

(Trecho do Discurso de Posse da nova Diretoria da DS/RJ)

É com um misto de orgulho e de humildade que assumimos a direção da DS Rio de Janeiro. Orgulho por termos merecido a confiança de vocês e humildade pela importância da missão que nos é confiada. Estamos certos de obter êxito pois não trabalharemos sozinhos. Acreditamos que por meio do trabalho coletivo, conseguiremos identificar as verdadeiras necessidades de nossa categoria e encontrar os melhores meios de satisfazê-las.

O processo eleitoral no Rio de Janeiro ensejou acirrada disputa, alto grau de envolvimento dos auditores fiscais e um amplo debate sobre o tipo de sindicato que desejamos. Não podemos desperdiçar as idéias produzidas, e a força gerada. Finda esta etapa, é hora de trabalharmos todos juntos, com unidade, preservando a riqueza da diversidade. Uma vez eleita, a diretoria não mais representa parcela da categoria mas assume o papel de catalisar todas as forças vivas desta Delegacia Sindical.

Neste momento de perplexidade e incerteza para o país e de sobressalto para a Receita Federal, todos os Auditores Fiscais são chamados a participar. Ninguém é dispensável.

A sucessão de fatos trazidos aos noticiários, envolvendo corrupção, vilipêndio da representação políti-

ca, apropriação da coisa pública pelo interesse privado, todo este triste quadro, ao mesmo tempo que causa desalento, propicia oportunidade ímpar de demonstrar à sociedade o papel do servidor público, pertencente a um quadro permanente, com garantias de segurança na vida funcional e na aposentadoria, livres para preocuparem-se acima de tudo com os interesses da sociedade. Nossa carreira em especial, situada no âmago do Estado talvez seja hoje uma das últimas linhas de defesa do próprio Estado Brasileiro.

Se por um lado reivindicamos continuamente as garantias que nos são devidas como carreira de estado, essencial ao seu funcionamento, por outro lado não podemos furtar-nos aos deveres decorrentes desta condição. Assim é que não podemos ficar inertes ante as profundas modificações que estão sendo feitas na estrutura de funcionamento do Estado, com a fusão da Secretaria da Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária, sem que sejam explicitados os motivos técnicos e administrativos que motivaram tal medida. Não podemos também nos omitir diante da opção feita por um modelo tributário que concentra rendas e agrava quadro social do país.

Somos detentores de conhecimento técnico específico e diferentemente de outros setores que mili-

tam na mesma área, jungidos a interesses privados, estamos comprometidos apenas com o interesse público. É necessário que coloquemos nosso conhecimento a serviço da sociedade.

Nossa categoria, como nós a desejamos, fortalecida, respeitada, bem remunerada, simplesmente não existe fora do contexto de uma Receita Federal a serviço do Estado Brasileiro, dirigida pela competência técnica, independente da política partidária, voltada unicamente para os interesses públicos. Uma administração tributária a serviço dos interesses políticos dos governantes do momento, voltada para uma tributação vulgar, desvinculada da noção de justiça, que tenha por objetivo a arrecadação a qualquer preço, não precisa de Auditores Fiscais qualificados, tem até mesmo motivos para temê-los.

O Unafisco Sindical é a presença e voz dos Auditores Fiscais da Receita Federal. À direção sindical cabe dar unidade e coerência à sua voz, clareza e veracidade à sua imagem. Esta a tarefa que abraçamos.

Finalizando, Desejo que esta seja uma noite de fraternidade, congraçamento e porque não de alegria, pois tenho a certeza de que juntos ultrapassaremos todos os obstáculos.

Sigamos unidos.

Concurso para AFRF já não atrai como antes. Procura de licenças e aposentadorias aumenta

Uma boa notícia e outra ruim. A boa é que poucas vezes se viu tanta gente estudando, principalmente as que voltaram à universidade para cursar Direito. A ruim é que são colegas AFRF's desiludidos com o desprestígio crescente da carreira alimentado pelas remunerações muito aquém da importância estratégica do trabalho do auditor fiscal.

Lembram quando era normal haver 100 mil inscrições nos concursos públicos? O último atraiu pouco mais de 20 mil candidatos. Na época, há dois anos, o salário inicial era de R\$ 3.600,00. Hoje, melhorou um pouco, chegando a um inicial de R\$ 5.500, somando gratificações. No entanto, um agente da Polícia Federal ganha mais no início de carreira e basta ler um jornal especializado em concursos para saber que um fiscal de ICM no Amazonas começa a vida ganhando R\$ 8.000,00. Existem colegas se preparando para concursos na magistratura e no Ministério Público Federal.

Um dos atalhos para pular fora da carreira é a licença incentivada. Como sabemos, o colega recebe 6 meses de salário e fica 3 anos afastado, tentando recomeçar em outra atividade. Já existem casos, poucos mas existem, de pessoas que cumpriram os 3 anos de licença e já renovaram por mais 3 anos. Mais um pouco e as chances de retorno de profissionais experientes vão se reduzir.

Com a reforma da Previdência, houve uma corrida para a aposentadoria, e em alguns casos se tratava de aposentadoria precoce de pesso-

as que ainda teriam muito a oferecer à instituição. Com isso, levaram embora muito da experiência acumulada em anos de trabalho. A reforma da Previdência gerou desperdício de material humano e, com certeza, prejudicou a excelência dos

Saída de quadros mais experientes coincide com a pouca atração que os baixos salários oferecem aos candidatos mais qualificados

serviços, embora, apesar de tudo, a Receita Federal ainda se mantenha como uma instituição de alto nível e gabarito, comparável ao Ministério Público Federal.

Até quando isso vai durar? – a pergunta é feita por integrantes da Diretoria da DS-RJ. Um dado preocupante: somente no Rio de Janeiro, são 15 os auditores fiscais que requereram licença incentivada.

A Diretoria da DS-RJ frisa que, se por um lado, quadros experientes estão abandonando a instituição, na outra ponta os baixos salários oferecidos impedem a entrada de pessoal mais qualificado, que preferirá com certeza concorrer para a Polícia Federal ou ingressar em funções como a de fiscal no Amazonas.

Além da remuneração baixa e da incerteza advinda com a fusão dos

fiscos, as condições de trabalho dos AFRF's não são, necessariamente, as melhores. Na Receita convivem colegas que trabalham com o conforto necessário, dispondo de equipamento de ponta, e outros que trabalham em lugares onde não há computador, nem mesa e, às vezes, nem mesmo um banheiro decente.

É um quadro que destoa completamente do prometido no segundo trimestre deste ano, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, daí em diante, promover a valorização dos servidores públicos, pagar percentuais mais elevados aos que fizessem pós-graduação, e assim por diante. Na verdade, de acordo com a Diretoria da DS-RJ, o que acontece agora é a permanência de um quadro de perdas que vem desde o governo Collor e se agravou no período de oito anos do governo FHC.

Os AFRF's, tal como os demais servidores, acumulam perdas – não existem mais a licença-prêmio, anuênio, quinquênio, incorporação de gratificação de chefia. Com a reforma da Previdência, a estocada final veio com a quebra da paridade.

É perfeitamente compreensível, portanto, a fuga de colegas para a licença remunerada e para a aposentadoria precoce.

**VISITE O SITE DA
DS/RIO DE JANEIRO
www.unafisco-rj.org.br**

Posse da nova Diretoria da DS-RJ reúne a categoria e lota o Clube Naval



Na mesa dos trabalhos, a partir da esquerda, Nory Celeste, Alexandre Teixeira, Vera Teresa e César Barbiero

Uma cerimônia bonita, um salão lotado. Assim transcorreu a festa da posse da diretoria da Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro, reunindo mais de 300 pessoas no dia 11 de agosto, no Clube Naval. A despedida do ex-presidente Alexandre Teixeira, que agora ocupa a Secretaria Geral da DEN, em Brasília, foi calorosa e emocionante, enquanto o discurso de sua sucessora, Vera Teresa, deu o tom de prosseguimento da linha de atuação da DS-RJ no biênio 2005-2007.

A posse ocorrera 11 dias antes, no início da tarde do dia 1º de agosto, na sala da Diretoria da DS-RJ, no quarto andar do prédio da Rua Debret, nº 23, quando os termos de posse foram assinados por Vera Teresa Balieiro Anastácio da Costa (presidente), José Carlos Sabino Alves (vice-presidente), Olavo Porfírio Cordeiro (secretário-geral), Aélío

dos Santos Filho (1º secretário de Finanças), Lenine Alcântara Moreira (2º secretário de Finanças), Sônia Chaves Mesentier (Assuntos Jurídicos), João Luiz Teixeira de Abreu (Defesa Profissional), Carlos Eduardo dos Santos Baptista (Atividades Especiais) e Lenilson Moraes (Assuntos de Aposentados). Também foram empossados os titulares do Conselho Fiscal – José Afonso Silva Ramos, Luiz Frutuoso Corrêa e Luiz Gustavo Regadas – e as suplentes Clarita da Encarnação, Inez Barcelos e Maria Gláudia Ferrer Mamede.

No Clube Naval, a comemoração teve início às 19h15m do dia 11, com a execução do Hino Nacional Brasileiro. A solenidade foi aberta com o pronunciamento do ex-presidente da DS-RJ Alexandre Teixeira, que começou sua fala agradecendo aos funcionários do Sindicato pelo apoio re-

cebido durante sua gestão. Em seguida, dirigiu-se aos membros do Comitê Eleitoral e mesários, aos quais agradeceu pelo trabalho no pleito, e aos colegas de Diretoria, ressaltando que todos estavam colhendo naquele momento os frutos de um trabalho coletivo e solidário bem feito.

De acordo com Alexandre Teixeira, a motivação de todos os diretores, dos funcionários e de colegas



O Superintendente César Barbiero



Aposentados trocam idéias com o Sec. de Aposentados Lenilson Moraes



Alexandre ouve o discurso de sua sucessora, Vera Teresa

ativos e aposentados que, mesmo sem pertencer à Diretoria, estão sempre na DS-RJ e vestem a camisa do sindicato, superam qualquer propensão a uma atuação rotineira e acomodada. Salientou que, mesmo quando surgiam divergências, estas foram resolvidas com diálogo, lealdade e elegância. E concluiu, sob aplausos: “É isto que esperamos que torne a acontecer nos próximos dois anos”.

Também ocupando a mesa, falou em seguida o superintendente regional da Receita, César Barbiero. Ouvido com atenção e respeito, Barbiero foi elegante como sempre e evitou discorrer com profundidade sobre a polêmica fusão dos fiscos, tocando no assunto apenas tangencialmente e explorando uma abordagem filosófica. O superintendente preferiu estender-se nos elogios à chegada da nova Diretoria, afirmando que ficara surpreendido pela beleza e concorrência da festa, “o que demonstra o prestígio da DS”. Ao encerrar, César Barbiero dirigiu-se à nova presidente: “Sobrou para você, Vera, a responsabilidade de unir a nossa classe”.

A DEN foi representada pela diretora de Defesa Profissional, Nory Celeste Saís de Ferreira. Ela se disse envaidecida por participar da posse numa delegacia com a história de lutas da DS-RJ, “uma das que mais promovem seminários e eventos, agregando sempre grande número de co-

legas em torno de debates feitos com profundidade”. Nory exortou os colegas do Rio a “manterem acesa a chama de uma DS com tradição de luta”.

Em seu discurso (**veja a íntegra no Editorial**), a presidente Vera Teresa deu o tom da cerimônia e dos próximos dois anos. Lembrou a acirrada disputa que marcou a campanha eleitoral na DS/Rio, com grande envolvimento da categoria no debate sobre o tipo de sindicato desejado pelos AFRFs. “Não podemos desperdiçar as idéias produzidas e a força gerada durante esse processo”, frisou a presidente, enfatizando a necessidade de que a categoria trabalhe com unidade, “preservando a riqueza da diversidade”. Resumindo a postura que deverá marcar sua gestão, Vera afirmou que “uma vez eleita, a direto-

ria não mais representa parcela da categoria, mas assume o papel de catalisar todas as forças vivas” da DS. A presidente insistiu em dois recados à categoria. Primeiro que “O fortalecimento e o respeito à categoria, assim como a remuneração condizente, são desejos comuns a todos os AFRFs. Essas condições, entretanto, não existirão fora do contexto de uma Receita Federal a serviço do Estado brasileiro, dirigida pela competência técnica, independente da política partidária, voltada unicamente para os interesses públicos.” Finalmente que “Neste momento de perplexidade e incerteza para o país e de sobressalto para a Receita Federal, todos os auditores-fiscais são chamados a participar. Ninguém é dispensável”.



Um clima de harmonia predominou na festa realizada no dia 11 de agosto

DS de São Paulo promete trazer a base sindical de volta à discussão e às lutas da categoria



Carmen Bressane e Vera Teresa na festa do Clube Naval

Os novos diretores da DS-SP tomaram posse no dia 1º e estão empenhados em atrair novamente a base de São Paulo para a discussão política e para as lutas da categoria, num momento delicado de turbulências no quadro político nacional com o agravante da mal discutida fusão de fiscais.

Em entrevista no dia 11 de agosto, no Rio de Janeiro, a nova presidente da Delegacia Sindical de São Paulo, Carmen Bressane, mostrou-se certa de que a equipe da nova diretoria

enfrentará as questões sindicais com o apoio de todos colegas AFRF's.

Com 23 anos de trabalho como auditora somente em São Paulo, Carmen Bressane lembrou que dentre os integrantes da nova diretoria eleita há colegas com bastante vivência política sindical e todos são respeitados por seu trabalho na Receita Federal.

“Fizemos uma campanha bonita, bastante disputada e assumimos num período difícil, devido à MP 258, que traz profundas alte-

Queremos trazer a categoria de volta para o Sindicato a fim de participar de um amplo debate. Temos que refletir os desejos de nossa base.

rações na estrutura da Receita Federal e na carreira de Auditor-Fiscal. Queremos resolver tudo isso da melhor maneira, trazendo a categoria de volta para o Sindicato a fim de participar de um amplo debate. É nossa expectativa refletir os desejos de nossa base, e não de conduzi-la”, disse Carmen Bressane.

Segundo ela, para isso é preciso que a categoria esteja muito bem informada, seja sobre questões técnicas seja sobre questões políticas. “Só uma categoria bem informada poderá fazer um juízo correto do que está ocorrendo”, acrescentou.

A nova delegada sindical, que esteve no Rio de Janeiro para a posse da diretoria da DS-RJ, no dia 11 de agosto, no Clube Naval disse também que somente a sinergia entre a DEN e as Delegacias Sindicais de todo o país propiciará à categoria a conscientização política/sindical e conseqüentemente uma real mobilização para nossas causas.

DS/RJ também participa da Posse de Carmem Bressane, em São Paulo

Os Diretores da DS/RJ, Vera Teresa Balieiro, Aelio dos Santos Filho e Olavo Porfírio Cordeiro também compareceram à festa de posse da nova diretoria da DS/SP, no dia 15/08.

“Acho que ambas as direções podem trabalhar em sintonia na defesa da categoria”, disse o Diretor de finanças Aelio S. Filho.

A posse da DS/SP foi um momento de reafirmação dessa unidade, exatamente quando a categoria corre o risco de ter as suas atribuições compartilhadas com outras categorias que não prestaram concurso público para o cargo de AFRF.

Visite o Estrelas do Amanhã na Internet

Confira o site no endereço

www.estrelasdoamanha.org.br

Reversão da Aposentadoria

– Uma decisão a ser avaliada

Provocadas pela reforma da Previdência e, antes de entrar em vigor a EC nº 41, mais de 100 aposentadorias de associados da DS/RJ vieram em seu bojo. Muitos que já estavam com os requisitos cumpridos para obtenção desse benefício apressaram seus processos e outros se habilitaram precocemente, requerendo aposentadorias proporcionais. Uma perda funcional no auge da produtividade. Um esvair de excelência. E agora, são exatamente esses últimos colegas que, inconformados com a baixa remuneração da inatividade, estão requerendo a reversão da aposentadoria, com vistas a ganhar a Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação (GIFA) integral, ou seja, no percentual de até 45% incidente sobre o maior vencimento básico do cargo da carreira, que hoje recebem os que estão em atividade. O motivo todos sabemos, com a quebra da paridade, os aposentados só recebem de GIFA 30% do valor pago ao ativo.

Reconduzido ao cargo de Diretor da Secretaria de Assuntos de Aposentados, Lenilson Moraes comentou que, a partir da Medida Provisória (MP) nº 258, de 21 de julho de 2005, e ocorrendo a fusão dos cargos de AFRF com os AFRP, é provável que as reversões de aposentadorias, obediendo o prazo de cinco anos, se tornem mais difíceis, pois para que os administradores do novo órgão - Receita Federal do Brasil – aceitem o pedido de reversão será necessário que haja vagas no novo cargo (AFRFB). A fusão poderá trazer complicações para o exercício desse direito, uma vez que não conhecemos a

situação dos servidores integrantes da carreira extinta Auditoria-Fiscal da Previdência Social.

Lembra ainda que, em consequência da Reforma da Previdência, houve a corrida para aposentadorias, em seguida começaram a surgir os casos de reversões. Agora já se tem notícia de casos de colegas que se arrependem de voltar ao trabalho, pois encontraram um ambiente diferente e de difícil readaptação, e por isso estão saindo pela segunda vez.

Cada caso é um caso, e requer uma apreciação individual. Afirma Lenilson, que nas conversas com os colegas indecisos lhes diz que tudo deve ser pesado e avaliado criteriosamente.

Outra observação feita pelo setor de aposentados da DS/RJ é que, com a reversão da aposentadoria, os colegas buscam a integralidade da GIFA. Todavia, é preciso observar o que dispõe a Lei nº 10.910, de 15/07/2004, onde diz que a Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação integrará os proventos de aposentadoria somente quando percebida pelo servidor no exercício do cargo há pelo menos 60 (sessenta) meses e será calculada pela média aritmética dos valores percebidos por ele nos últimos 60 (sessenta) meses anteriores à aposentadoria. Essa é a regra. Assim, aqueles que optarem pela reversão da aposentadoria e, antes de transcorrido o prazo citado na referida lei, pretendem voltar à condição de aposentado, sugere-se que reflitam e fiquem atentos quanto ao tratamento que será dado a esta questão.

Inteligência da SRF põe fim à atuação de achacadores

A prisão de duas falsas fiscais, dia 9 de agosto, no Rio de Janeiro, deve ser encarada pelos AFRF's com orgulho: porque o flagrante da dupla foi fruto do minucioso trabalho de pesquisa e investigação da SRF. O papel importante dos nossos colegas que desvendaram a farsa, deve ser exaltado por nós, já que nem sempre isso é feito pela mídia. Aos olhos do público, o mérito quase sempre é da Polícia Federal, que faz as prisões.

Conforme foi divulgado, a ação delinqüente consistiu no oferecimento de assinatura de uma revista que, supostamente, pertenceria a uma associação de fiscais. Era o artifício utilizado por elas para achacar pessoas, que se sentiam coagidas a colaborar financeiramente. O mesmo golpe foi aplicado em outros estados.

O trabalho realizado no dia 9 de agosto não é isolado. Vem na esteira de investigações feitas pela Receita Federal, que tem obtido êxitos, como nos casos recentes de uma cervejaria, de uma loja de produtos de alto luxo e de um grande escritório de advocacia de São Paulo.

Espera-se, dessa forma, que a justiça puna com rigor tais criminosos, que ao se apresentarem como servidores públicos e, em seu nome, achacar, contribuem para que agentes públicos honrados venham a ser tratados como verdadeiros bandidos.

AFRF fazem greve em defesa do concurso público

A greve realizada pelos AFRF nos dias 8 e 9 de setembro não foi apenas uma demonstração de insatisfação da categoria com a MP 258 e a anunciada fusão dos Fiscos. A mobilização nacional teve a finalidade de alertar o governo e a sociedade para os riscos de aprovação de uma medida provisória que, na sua forma atual, é nociva aos interesses do Estado por desafiar o ordenamento jurídico em sua plenitude. Mais uma vez, portanto, ao lutar por seus direitos, os auditores fiscais da Receita Federal levantaram-se em defesa dos preceitos constitucionais.

A paralisação foi uma exigência dos fatos. Reconhecendo, na prática, os equívocos embutidos na MP 258, o governo acenou, através de seu líder na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), com um redesenho que não houve. Em vez de negociar, conforme prometera, a construção de um projeto de conversão (relatório) sobre a fusão dos Fiscos, amparada numa discussão técnica de alto nível, o governo não deu mais nenhum passo neste sentido, dando a impressão de ter se valido de um expediente para ganhar tempo.

Ao contrário, foram ruins as “novidades” que surgiram após o anúncio de que a medida provisória seria repensada. Elas apontam, isto sim, para o perigo de perda ou compartilhamento de nossas atribuições. Ou seja, a produção do relatório amparada pela preservação dos princí-

pios constitucionais e com foco no interesse do Estado estacou nestas belas palavras.

O que nossos colegas que acompanham diariamente o trabalho no Congresso Nacional viram, na realidade, foram manobras de parlamentares interessados em atender clientelisticamente os pleitos de diferentes categorias que vislumbraram no atual escopo da MP 258 uma possibilidade de acesso ilegal e ilegítimo ao cargo de AFRF, via trem-da-alegria, pela porta dos fundos, sem o necessário concurso público. Trocando em miúdos, expedientes destinados a piorar ainda mais o texto infeliz da medida provisória.

Enquanto os representantes do governo não se moviam, o Sindicato dos TRF difundiu mentiras tais como a de que os TRF desempenham atividades similares às dos AFRF.

A greve dos AFRF aconteceu porque o governo vem dando sinais de que está cedendo à pressão do pessoal de nível médio. Enquanto o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, nega intenções do governo de permitir o compartilhamento de atribuições privativas dos AFRF's, os próprios representantes do governo admitem que a discussão da medida provisória no Congresso pode acontecer a qualquer momento e de forma desordenada.

Por esse motivo, o UNAFISCO e as delegacias regionais en-

contram-se em Estado de Mobilização e em Assembléia Nacional Permanente até o pleno esclarecimento das questões relativas à unificação.

A categoria está unida na reação às tentativas de burla do concurso público, às tentativas de rebaixamento do salário de ingresso na carreira (que poria fim à excelência do cargo) e à perda ou compartilhamento de atribuições através de propostas como a da carreira única ou quaisquer outras panacéias anti-constitucionais que possam surgir em breve.

No caso das tentativas contínuas de usurpação de atribuições protagonizadas pelos TRF, o UNAFISCO está encaminhando ao secretário da Receita Federal, ao ministro da Fazenda e a outras autoridades do Poder Executivo um estudo aprofundado que demonstra, de forma cristalina, a inviabilidade e a inconstitucionalidade dos pleitos da carreira auxiliar. Um dos pontos da análise cita a memorável Ação Civil Pública movida pelo procurador da República Humberto Jacques de Medeiros, visando a impedir que, “de salto em salto, de solavanco constitucional em solavanco constitucional, servidores ocupantes de cargos que, em certos momentos, para o seu provimento, exigiu-se nível ínfimo de escolaridade, cheguem ao patamar do serviço público enquadrados como servidores de nível superior”.

 **Visite a nossa Biblioteca de segunda a sexta-feira das 13h às 17h**